

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AFN) Pascoal Silverio de Souza

PREPARO E EMPREGO DA MB NAS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS:
A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES
HUMANITÁRIAS.

Rio de Janeiro

2020

C-Sup/2020

PREPARO E EMPREGO DA MB NAS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS:
A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS AÇÕES HUMANITÁRIAS
COMO FORTALECIMENTO DA MISSÃO.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso Superior.
Orientador: CF (FN) Adler Cardoso Ferreira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

Nesse momento especial de minha carreira quero agradecer, primeiramente, a Deus, autor da vida e sem o qual não seria possível a realização do presente trabalho em um ano de dificuldades geradas pela pandemia do COVID-19, no qual pude me preservar com saúde para atingir mais esse objetivo.

Aos meus pais, Bartholomeu (in memoriam) e Maria (in memoriam), que proporcionaram a minha educação e acompanhamento nos primeiros passos de minha carreira, bem como a de meus irmãos e irmãs.

À Minha querida esposa Mirian e queridas filhas Natália, Beatriz e Débora, pelo apoio incondicional e entendimento de minha ausência em momentos de dedicação à pesquisa. Amo vocês!

Aos oficiais e praças do Gabinete do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais pelo apoio e orientações que foram fundamentais para o meu desempenho e resposta às pesquisas realizadas nesse período.

À equipe do Corpo Docente agradeço por toda a dedicação e apoio em todas as fases de produção, em especial ao meu orientador CF (FN) Adler Ferreira, e à equipe de MTA, CMG (RM1-T) Chiara e SO (Ref^o-ET) Rodrigues que, mesmos distantes, não mediram esforços e tempo disponível para tirar dúvidas, auxiliar na direção de minhas pesquisas e aprimorar toda a produção deste trabalho.

Por fim, de maneira geral agradeço a todos que direta ou indiretamente tornaram possível a construção e produção desta monografia.

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir o Preparo e Emprego da Marinha do Brasil nas Operações Humanitárias e a contribuição da Comunicação Social como facilitadora desse processo. Nos últimos trinta anos a comunicação atingiu um nível elevado e integrante das decisões de maior importância nas instituições, o que se estendeu às Organizações Militares. Dentro desse contexto a Comunicação Social passou a ocupar um espaço estratégico dentro das diversas Operações Militares, compreendendo as Operações Humanitárias, nas quais atua como facilitadora do Preparo e Emprego da Marinha do Brasil, estabelecendo uma ponte entre a Força e o público de interesse, com o objetivo de transmitir informações corretas e precisas sobre as operações, além de apresentar a cultura e os valores da MB à sociedade, como estratégica para estabelecer confiança, como ferramenta para evitar, controlar ou encerrar conflitos.

Palavras-chave: Ações Humanitárias, Comunicação Social, Preparo e Emprego da Marinha do Brasil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	AÇÕES HUMANITÁRIAS EM ÂMBITO GERAL.....	7
2.1	Nações Unidas e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	8
2.2	Operações Humanitárias realizadas pela Marinha do Brasil.....	9
2.3	Componentes das Operações Humanitárias.....	11
2.4	Coordenação Civil-Militar (CIMIC) e as Operações Humanitárias.....	12
3	OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.....	13
4	O PREPARO E EMPREGO DA MARINHA DO BRASIL NAS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS.....	15
4.1	Obstáculos de Logística Enfrentados nas Operações Humanitárias.....	17
4.2	Atuação das Forças Armadas em Situação de Desastre Nacional.....	19
5	O EMPREGO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS AÇÕES HUMANITÁRIAS COMO FORTALECIMENTO DA MISSÃO.....	20
5.1	Conceito de Comunicação Social e Comunicação Organizacional.....	21
5.2	Funções da Comunicação nas Organizações.....	22
5.3	A Importância da Comunicação com o Público de Interesse.....	22
5.4	A Comunicação como Estratégia para o Alcance de Objetivos	22
5.5	O Emprego da Comunicação Social nas Operações Militares.....	23
5.6	O Emprego e Preparo da Comunicação Social nas Ações benignas de Operações Humanitárias.....	23
5.7	Fases do Emprego Operacional da Comunicação Social.....	24
5.7.1	Fase de planejamento.....	24
5.7.2	Fase de Execução.....	25
5.7.3	Fase de Avaliação.....	25
6	OPERAÇÃO ACOLHIDA E A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA EVITAR A PROPAGAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE CAUSEM DANOS ÀS OPERAÇÕES.....	25
7	CONCLUSÃO.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29

1 - INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) têm atuado em Ações e Intervenções Humanitárias espalhadas pelo mundo, prestando auxílio à Organização das Nações Unidas (ONU), no socorro à nações em risco, seja ele decorrente de conflitos humanos ou de desastres naturais, bem como em demandas internas do Brasil, para Garantia da Lei e da Ordem e da manutenção das Garantias Constitucionais, e também na assistência em casos de desastres naturais.

As intervenções se propõem a resguardar os Direitos Humanos, em especial o direito à vida, além de garantir a defesa do patrimônio dos civis. Entretanto, não é qualquer violação que demanda Intervenção Humanitária, sendo imprescindível que tais violações sejam de extrema gravidade, resistentes, em grande escala e sistemáticas. É necessário ressaltar, que qualquer Intervenção Humanitária deve ser precedida de autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é o órgão responsável, precipuamente pela manutenção da paz, da segurança internacional e de forma secundária, pela aplicação de sanções mandatórias (BYERS, 2007).

Nesse cenário o presente trabalho se desenvolverá, para analisar a importância da atuação da Marinha do Brasil e do Corpo de Fuzileiros Navais nas Ações Humanitárias, analisando como ocorre o seu preparo e emprego, para atuar em tais operações, além de compreender como tal preparação contribui para o sucesso dessas Ações, atrelados à utilização da Comunicação Social (ComSoc) como ponto de fortalecimento das missões. As Intervenções Humanitárias ensejam Operações Humanitárias (OpHum) e tais operações reivindicam planejamento especial e que diferem dos planejamentos habituais, e guardam um eixo com diversos atores do cenário internacional, sendo as principais: a ONU (Organização das Nações Unidas), a Cruz Vermelha Internacional, e Organizações Não Governamentais (BRASIL, 2017), (COUTO, 2015).

O presente trabalho tem como cerne, além de analisar o preparo e o emprego da Marinha do Brasil para atuar nas Operações Humanitárias, destaca também, a utilização da Comunicação Social da Marinha do Brasil nas Operações Humanitárias, como ferramenta de alcance e facilitadora de atuação em tais operações, visto que, os planejadores de ComSoc concentram-se no desenvolvimento da consciência situacional do ambiente operacional, incluindo a infraestrutura de mídia, capacidades e recursos, bem como nas características sociais e culturais (BRASIL, 2017), que auxiliam na atuação das tropas nos ambientes das operações. O estudo analisará ainda, de que maneira e em quais oportunidades, a Comunicação Social fortalece a atuação da Marinha do Brasil nas Operações Humanitárias.

A pertinência do estudo em tela para a Marinha do Brasil está na compreensão do quanto a Comunicação Social, influencia, facilita e orienta o Preparo e Emprego da Marinha do Brasil e do Corpo de Fuzileiros Navais, nas Operações Humanitárias, trazendo maior efetividade através do conhecimento situacional do ambiente operacional, auxiliando assim, as tropas a alcançarem o êxito em suas atuações, com maior precisão e até com a redução de tempo (BRASIL, 2017).

Na Seção 2 o trabalho apresentará as Ações Humanitárias no âmbito geral, abordando sua definição, os atores envolvidos, a forma de atuação tanto da Marinha do Brasil, quanto dos organismos internacionais, sejam eles civis ou militares. Já na Seção 3 será apontado o desenvolvimento das Ações Humanitárias no ambiente das interações e seus pressupostos.

A Seção 4 trará a abordagem sobre o preparo e emprego da Marinha do Brasil nas Operações Humanitárias, a estratégia de defesa nacional relacionada a tais Operações, os obstáculos de logística enfrentados, além da atuação das Forças Armadas em situação de desastre nacional.

A Seção 5 apresentará a Comunicação Social nas Ações Humanitárias como ponto de fortalecimento da missão, demonstrando como a atuação desse veículo tornará a missão mais eficiente. Já a Seção 6 trará a Operação Acolhida como exemplo prático da atuação da ComSoc nas Operações Humanitárias.

A conclusão apresentará a validação do estudo e o ponto de encontro dos capítulos, para ao final demonstrar a importância da Comunicação Social como facilitadora da atuação da Marinha do Brasil e de seu preparo e emprego nas Operações Humanitárias.

Dentre as principais fontes e pressupostos teóricos que conduzirão o estudo estão a publicação EMA-305 – Doutrina Militar Naval, que orienta a aplicação do Poder Marítimo de acordo com ações de política militar em decorrência dos objetivos nacionais; a publicação EMA-322 – O posicionamento da MB nos principais assuntos de interesse naval, que tem o propósito de dar conhecimento ao público interno do entendimento da Alta Administração Naval sobre as questões mais relevantes de interesse da MB quanto ao posicionamento a ser adotado perante o público externo; o manual CGCFN 1-13 – Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, que apresenta os elementos conceituais e doutrinários básicos aplicáveis ao planejamento e desenvolvimento de Operações Humanitárias por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav); o manual EMA-860 – Manual de Comunicação Social da Marinha, que apresenta o propósito de orientar o exercício da atividade de Comunicação Social na MB, e o Manual de

Campanha EB 20-MC10.213 – Operações de Informação, do Exército Brasileiro (EB). Os quais encaminharão a pesquisa e auxiliarão na explicação do tema.

2 - AÇÕES HUMANITÁRIAS EM ÂMBITO GERAL

Antes de adentrar diretamente na definição do que são Ações Humanitárias e Intervenções Humanitárias, é necessário esclarecer que a doutrina ainda não estabeleceu de forma definitiva um conceito sobre o tema, o que leva a uma reunião de definições comuns presentes nas literaturas de teóricos de Relações Internacionais (RI) que tratam o assunto (SPIELER, 2007).

As relações entre Estados são norteadas pelo princípio da soberania, entretanto, com o fim da Guerra Fria ocorrida com a dissolução da União Soviética, em 1991, a internacionalização dos Direitos Humanos, dentre outros fatores, ensejou o advento das ações com finalidade de proteção dos Direitos Humanos, inserindo-as paulatinamente na agenda internacional, bem como diminuiu as chances de conflitos generalizados, possibilitando, entretanto, a propagação de conflitos regionais (SPIELER, 2007).

Desta forma, Ações Humanitárias ou Intervenções Humanitárias, em síntese, correspondem ao conjunto de ações que se propõem a resguardar os Direitos Humanos, em especial o direito à vida das populações em sofrimento, decorrente de conflito e/ou de algum desastre natural e/ou provocado pelo próprio homem, podendo essas ações serem de natureza militar, civil ou um misto de ambas, como ocorre com as coordenações Civil-Militar (CIMIC) (COUTO, 2015).

Importante esclarecer, contudo, que não é qualquer tipo de violação que demanda Ação ou Intervenção Humanitária, sendo indispensável que tais violações sejam de extrema gravidade, resistentes, em grande escala e sistemáticas (BYERS, 2007). Para Kofi Annan, ex-Secretário Geral das Nações Unidas, a Intervenção Humanitária abarca todos os tipos de Ações Humanitárias, destacando em um de seus discursos, a necessidade de distinção entre as ações militares e Ações Humanitárias¹, o que para outros teóricos não guarda qualquer relação de antagonismo, podendo caminhar ambas na mesma direção, sendo essa inclusive, a atuação das Ações Humanitárias no pós guerra.

Destaca-se ainda, que as Ações Humanitárias tanto podem resguardar a população do próprio Estado que conduz a operação, o que é reconhecido por alguns autores como legítima

¹Kofi Atta Annan foi um diplomata ganês. Foi, entre 1 de janeiro de 1997 e 31 de dezembro de 2006, o sétimo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, tendo sido laureado com o Nobel da Paz em 2001.

defesa, como podem servir para defender cidadãos de outros Estados, não envolvidos na condução da operação. Assim, pode ser caracterizada como uma intervenção compulsória dentro do próprio Estado, ou de um ou mais Estados, em um terceiro, com a finalidade de encerrar graves violações aos Direitos Humanos da população afetada, ou ainda, ameaça de graves violações e em grandes proporções (SPIELER, 2007).

Em que pese existirem diferentes definições teóricas sobre o tema, um ponto compartilhado nas doutrinas de Relações Internacionais é quanto à necessidade de autorização pelo Conselho de Segurança para que as intervenções ocorram, o que encontra escopo na Carta das Nações Unidas, sendo importante frisar, que tanto os componentes civis, quanto os militares das organizações que apoiam as Operações Humanitárias, estão imbuídos em um mesmo propósito, sendo o principal deles o de salvar vidas, reduzir o sofrimento vivenciado pela população afetada e o de cooperação com todos os agentes envolvidos (SPIELER, 2007).

2.1 – Nações Unidas e o Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os representantes de cinquenta países se reuniram em São Francisco, nos Estados Unidos, objetivando criar uma nova organização internacional. A criação da nova organização tinha por finalidade, em síntese, a manutenção da paz mundial, e a adoção de mecanismos de reação a qualquer situação que representasse ameaça à paz que se pretendia resguardar. Desde a sua criação, 193 países já ratificaram a Carta das Nações Unidas, tornando-se Estados Membros. (BYERS, 2007).

Os propósitos das Nações Unidas estão descritos nos artigos 1º e 2º da Carta das Nações Unidas, que de forma resumida são: manutenção da paz e segurança internacional; adoção medidas que coibam atos de agressão; evitar ameaças à paz; promoção das relações amigáveis entre as nações, embasadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos; fortalecimento do ideal de paz universal; alcançar cooperação internacional para resolução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário. O que se pretendia evitar com a criação da ONU era que as próximas gerações não tivessem que lidar com o flagelo acarretado pela guerra, principalmente pelo fato das dezenas de milhares de mortos deixados pela Segunda Guerra Mundial, tanto civis quanto militares (BYERS, 2007).

O Conselho de Segurança é um dos órgãos que compõe a Organização das Nações Unidas, sendo o responsável, precipuamente pela manutenção da paz e da segurança internacional e de forma secundária, pela aplicação de sanções mandatórias. Considerando a

sua importância e função, é o único órgão habilitado a autorizar o uso legítimo da força em caso de comprovada ameaça à paz, à ruptura e/ou atos de agressão, nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O Conselho possui ainda, competência para decidir quais medidas deverão ser adotadas com vistas ao restabelecimento ou manutenção da paz e da segurança internacional, o que está vinculado diretamente com a autorização à realização de Operações Humanitárias que visem o restabelecimento da paz e o socorro às populações atingidas, caso tais ações envolvam o uso da força para a restauração da paz (BYERS, 2007).

O órgão decisório especializado é constituído pelos representantes de quinze nações membros das Nações Unidas, dentre as quais, cinco países mantêm a condição de membros permanentes, sendo eles: Estados Unidos da América, Rússia, China, Grã-Bretanha e França, representando um órgão de extrema relevância para as decisões e medidas a serem adotadas em momentos que antecedem as Operações Humanitárias. (BYERS, 2007).

Destaca-se o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (sigla em inglês: UNOCHA ou OCHA), que é um órgão das Nações Unidas formado em dezembro de 1991, com o propósito de aumentar a capacidade de resposta da ONU a emergências e desastres naturais. Destaca-se ainda, que quatro organismos das Nações Unidas têm papéis principais na prestação de assistência humanitária, dentre eles o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O PNUD é o órgão responsável pelas atividades operacionais de mitigação, prevenção e preparação para desastres naturais. Quando as emergências ocorrem, os coordenadores residentes do PNUD apoiam os esforços de socorro e reabilitação a nível nacional (OCHA, 2020).

2.2 - Operações Humanitárias realizadas pela Marinha do Brasil

A MB já atuou e atua em diversas frentes de Operações Humanitárias, a Exemplo da Operação Acolhida, a qual ainda está em andamento, e consiste no amparo aos imigrantes e refugiados da crise humanitária ocorrida na República Bolivariana da Venezuela.

Para manter o desempenho das tropas sempre em alto nível, a MB participa de exercícios em conjunto com outras nações, como no caso da Operação Felino, que consiste em uma Operação Anfíbia realizada bianualmente no ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e tem por finalidade o treinamento das Forças Armadas participantes, para um eventual emprego em operações de paz e assistência humanitária que esteja sob a égide da ONU. Em setembro de 2013 o exercício foi realizado em solo brasileiro,

na região de Itaóca-ES, com a participação de militares de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (BRASIL, 2020e).

É necessário destacar, que a MB possui o Poder Naval com seus diversos meios e frentes de atuação nas Operações Humanitárias, entre eles os Fuzileiros Navais, ao qual o presente estudo se restringirá. (BRASIL, 2017)

As Intervenções Humanitárias ensejam Operações Humanitárias (OpHum) e tais operações reivindicam planejamento especial e que difere dos planejamentos habituais, bem como guarda um eixo com diversos atores do cenário internacional, sendo as principais: a ONU (Organização das Nações Unidas), a Cruz Vermelha Internacional, e organizações não-governamentais. Sendo indispensável que os partícipes das Operações Humanitárias (OpHum) dividam o mesmo propósito, qual seja, preservar os direitos básicos dos cidadãos, diminuir o sofrimento e auxiliar na reconstrução da região atingida (OLIVEIRA, 2013).

As OpHum encontram definição na Doutrina Militar de Defesa, que as define como operações desenvolvidas através do contingenciamento de Forças navais, terrestres e aéreas, promovidas de forma infrequente, por um Estado membro da ONU ou por um conjunto de Estados, ou ainda, de qualquer organismo internacional do qual o Brasil seja signatário. Na Doutrina da Marinha do Brasil existe previsão de emprego de Forças Navais com a finalidade de amparo humanitário em todas as modalidades de Operações de Paz (BRASIL, 2008).

À vista disso, a OpHum tem por finalidade diminuir os resultados dos desastres que atingiram a população socorrida, sejam eles acarretados por desastres naturais ou mesmo por acidentes ocasionados pelo próprio homem, e no âmbito da Marinha do Brasil consistem em atuações que assegurem e amparem a execução de programas de contingenciamento em socorro da população em casos de calamidades naturais e/ou causadas pela própria atuação do homem. Os programas assistenciais empregados nas Operações Humanitárias visam prover serviços e itens essenciais aos cidadãos atingidos (COUTO, 2015).

Por derradeiro, cabe destacar que as OpHum guardam duas características principais, quais sejam: um ambiente repleto de intensa atividade de agências e organismos internacionais e Organizações Não Governamentais, bem como de órgãos de Defesa Civil, sendo a segunda característica o predomínio da logística em detrimento das atividades de combate, onde ambas as características descritas acarretam a organização e o emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) nas Operações Humanitárias (BRASIL, 2008).

2.3 – Componentes das Operações Humanitárias

Conforme destacado na subseção anterior, a MB dispõe de diversos componentes para a atuação nas OpHum sendo um deles os Fuzileiros Navais, que está contido no Poder Naval, ao qual se restringirá a pesquisa.

O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END). O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa (BRASIL, 2017)

O Corpo de Fuzileiros Navais possui cinco componentes importantes que possibilitam a organização e o emprego do GptOpFuzNav em sua atuação, os quais serão apresentados de forma sintetizada.

O primeiro componente é o de Comando (CteC), que exerce expressiva função de gestão nas Operações Humanitárias, por integrar as ações entre os GptOpFuzNav e as atividades desempenhadas pelas agencias civis, organizações internacionais e Organizações Não Governamentais; O segundo componente é o de Combate Terrestre (CCT), o qual desempenha função vinculada à segurança de instalações e comboios através da instalação uma série de aparatos, que correspondam a uma resposta rápida e eficiente, visando a segurança do CASC; O terceiro componente é o Apoio de Serviços ao Combate (CASC), que é o responsável pelo principal esforço, estando o seu emprego voltado, em especial, ao apoio externo dos GptOpFuzNav, com foco nos cidadãos atingidos, bem como às agências civis de auxílio humanitário; O quarto componente é o Combate Aéreo (CteCA), que tem como responsabilidade o planejamento e execução das atividades aeroespaciais que são de competência do GptOpFuzNav, e dentre as principais funções está o reconhecimento aéreo, com a finalidade de identificar locais para prestar o socorro humanitário; E o quinto e último componente é o Apoio externo ao GptOpFuzNav, que corresponde ao auxílio recebido pelo GptOpFuzNav através das forças amigas, podendo vir de Organizações Não Governamentais, agencias das Nações Unidas ou agências de defesa civil (BRASIL, 2008).

O conhecimento pormenorizado dos componentes das Operações Humanitárias é relevante para o entendimento da logística a ser seguida, bem como da responsabilidade e importância que cada componente possui dentro da estrutura da operação, em especial pelo

fato da grande maioria das missões se desenvolverem em ambientes nos quais atuam tanto militares, quanto outros organismos internacionais, sendo estes militares ou civis, conforme será abordado no próximo capítulo (BRASIL, 2008).

2.4 – A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) e as Operações Humanitárias

A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) surgiu da necessidade de integrar os atores presentes nas Áreas de Operações, mais especificamente em 1995, quando tropas lideradas pela OTAN (Organização do Atlântico Norte) interagiram na já desintegrada Iugoslávia, sob o escopo da ONU e, ao ocuparem o terreno, as tropas identificaram diversas organizações civis que já atuavam no local, de forma legítima, prestando apoio às suas ações. A investida conjunta das atividades táticas e da CIMIC, corrobora o mérito dessas atividades na prevenção, gerenciamento e resolução de conflitos nas Operações de Paz e para a manutenção da paz sustentável. (COUTO, 2015).

Assim, a CIMIC corresponde, em síntese, à cooperação em apoio à missão entre atores civis e militares em uma missão de paz multidimensional e civil, vinculando-se ainda à outras agências nacionais e internacionais, e à própria população local, bem como às demais organizações civis com atuações legítimas, culminando em um diálogo e interação ente os setores civil e militar, que em uma atuação sinérgica objetivam alvos comuns. Cabe destacar que existem duas doutrinas CIMIC, sendo uma vinculada à ONU e outra à OTAN, residindo a diferença básica entre ambas doutrinas no fato de que a CIMIC no âmbito da OTAN, visa o alcance e conquista de forma afetiva, ou seja, tende a atuar nos corações e mentes dos cidadãos, com a finalidade de coibir interferências civis nas operações militares (COUTO, 2015), destacando-se a utilização da ComSoc para promover a comunicação com o público alvo.

No que tange à CIMIC na esfera da ONU, esta é norteada por objetivos militares, excetuando operações de inteligência, bem como visa à aproximação das instituições nacionais e de componentes civis, promovendo segurança para que as instituições civis e atores envolvidos promovam a recuperação dos locais atingidos pelo conflito ou por questões naturais, o que também conta com a atuação intensa da ComSoc. As diferenças apontadas sobre ambas as doutrinas, espelham a que tipo de missão de paz se aplicam. A doutrina CIMIC da ONU, em linhas gerais, visa a manutenção da paz já conquistada, enquanto a doutrina CIMIC da OTAN, se aplica ao processo de imposição de paz, ou seja, as operações têm em comum, a vindicação da paz (COUTO, 2015).

Em última análise, a CIMIC atua na promoção eficiente de diálogo entre as comunidades e o componente militar, o que é relevante para o emprego da Marinha do Brasil nas Ações Humanitárias, posto que representa importante vínculo de integração entre os atores envolvidos nas localidades em que essas Ações ocorrem, consagrando-se como um facilitadora para o emprego da Marinha do Brasil nas referidas Ações (COUTO, 2015).

3 - OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

A segurança dos Estados foi estrategicamente pensada pelo prisma do confronto interestatal e sustentado pela necessidade de Defesa Externa e diretamente ligada ao setor militar e de Defesa Nacional. Entretanto, as mudanças vivenciadas no cenário mundial, em especial nas últimas três décadas, serviram de propulsão para uma mudança e uma evolução do pensamento estratégico, trazendo uma visão diferenciada do papel desempenhado pelas nações nos conflitos modernos (OLIVEIRA, 2013).

Um dos principais fatores e norteador dessa mudança é o fenômeno da globalização, que trouxe inúmeros aspectos positivos e nos mais diversos setores, mas gerou também, um estado de aumento da interdependência entre as nações, o que culminou em determinada complexidade no momento de os Estados adotarem decisões estratégicas, tornando o ambiente de segurança mundial enredado e mais permeáveis às estruturas nacionais e internacionais, o que na visão de alguns pode ser entendido como uma certa fragilidade (SILVA FILHO, 2011).

Nesse contexto, não é legítimo afirmar que os Estados passaram a acreditar, que a resolução dos conflitos não era mais uma exclusividade do Governo e das Forças de Defesa de cada uma das nações, dando início ao surgimento e à atuação de novos atores, tanto estatais, quanto não estatais. Esses novos atores inseridos no ambiente de estratégia e de resolução de conflitos passaram a demandar participação efetiva na tomada de decisões nos momentos de crise, contudo, apresentando soluções que estivessem mais voltadas ao seu entendimento sobre como cada problema deveria ser dirimido, a partir de uma análise específica de cada conflito (SILVA FILHO, 2011).

Inaugurou-se, portanto, um ambiente de resolução de conflito, denominado de interagências, no qual não apenas os Estados beligerantes apresentam suas estratégias para o conflito como também um ambiente em que representantes de diferentes segmentos, órgãos governamentais e não governamentais e Forças Militares começaram a interagir com frequência nos momentos de conflito e crise. Todavia, essa interação se estendeu, de modo

que ultrapassou o momento de conflito e crise, seguindo até aos momentos de importante tomada de decisões. (SILVA FILHO, 2011).

A relevância desse espaço que se formou, reside em sua contribuição para o sucesso das Ações Humanitárias e subsidiárias de um modo geral, posto que, auxilia tanto na prevenção das ameaças, quanto para o gerenciamento de crises e até mesmo na própria resolução de determinados conflitos (SILVA FILHO, 2011).

O contexto trazido pelos novos atores e pela formação do ambiente de interagências, traz consigo a necessidade de que as nações estejam aptas a aplicar uma combinação de condutores militar e civil no gerenciamento das crises e conflitos, bem como na prevenção das ameaças à segurança. O ambiente interagências traz consigo também um conceito de segurança com ampla dimensão, no qual não serão tratados apenas conflitos bélicos e/ou voltados exclusivamente para a Defesa Externa, Defesa Civil ou Segurança Pública, mas se estendendo à política, economia, saúde, educação e ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2013).

Os temas interagências saem do âmbito exclusivamente militar, ou político-militar, para um com maior neutralidade, o que exige uma nova abordagem e novos arranjos na questão da segurança mundial essa atuação inter organizacional, ao logo dos anos, têm se mostrado indispensável à resolução das crises e ao alcance dos objetivos das missões, reiterando a sua relevância, em especial no espaço das Ações Humanitárias, que são interagências por excelência (SILVA FILHO, 2011).

Na ótica militar, a conjugação da atuação das Forças Armadas com outros órgãos ou agências, sejam elas governamentais ou não, é o que traz corpo e sentido ao ambiente interagências, através da coordenação dos esforços para atingir o objetivo em comum das missões, sendo características intrínsecas a atuação no ambiente interagência a multifuncionalidade, a complexidade e a interdependência (OLIVEIRA, 2013).

No ambiente das interagências, com finalidade de Operações Humanitárias, as diversas agências possuem competências complementares, as quais interagem com as forças militares, contudo, é necessário salientar que o ambiente das interagências é permeado pelas questões políticas em todos os níveis, o que significa que nesse âmbito o ator militar, possivelmente, não desempenhará o papel principal e de liderança da operação.

Uma das principais consequências da subordinação da autoridade militar à autoridade civil, em algumas situações nas operações desencadeadas no ambiente Interagências, é que a formatação estrutural e funcional das Forças Armadas, aí incluindo os métodos de planejamento e de seleção e preparação dos seus integrantes e o desenvolvimento, aquisição e emprego dos armamentos militares, se

dá prioritariamente em função das necessidades fundamentais e interesses supremos do Estado. (SILVA FILHO, 2011, p.30).

É imprescindível que os atores envolvidos nas Operações Humanitárias, sejam eles civis, militares, governamentais ou não governamentais, empreguem todos os esforços para lograr o êxito pretendido, levando estabilidade, segurança e dignidade aos cidadãos afetados pelas intempéries, sejam elas motivadas por razões naturais ou humanas. O que se pode apurar do estudo das Operações Humanitárias na esfera das interagências, é que ao longo dos anos, a visão de conflito armado como sendo exclusividade de duas nações conflitantes, vem sendo reconsiderada pela sociedade, em especial, a partir dos novos vetores que passaram a atuar sinergicamente em prol de um objetivo comum, que é prestar socorro humanitário às populações atingidas. Assim, elas parecem ter se tornado o ponto central do cenário da Defesa Internacional, possibilitando uma atuação conjunta e efetiva das Forças Militares com as Agências Civis (OLIVEIRA, 2013).

Todavia, em que pese esse eficiente esforço conjunto, no que concerne às Forças Armadas e as Agências Civis, é imperioso que as Forças não se afastem do espírito de suas missões e atividades tradicionais, evitando tornarem-se inócuas e reduzirem sua contribuição à resolução dos conflitos. Deste modo, uma das formas de manter a atuação pautada na finalidade da missão, é conhecer afundo os meios de preparo e emprego das Forças Armadas, nas Operações Humanitárias, como forma de se manter fiel ao espírito da operação (OLIVEIRA, 2013).

4 - O PREPARO E EMPREGO DA MARINHA DO BRASIL NAS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS

O preparo e o emprego da Marinha do Brasil em qualquer Operação, na verdade, representa a sua própria missão, ressaltando-se a importância das características de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade, o qual o Poder Naval deve explorar (BRASIL, 2017).

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais. (BRASIL, 2017).

O emprego da Marinha do Brasil em Operações, de um modo geral, é regido pela Doutrina Militar Naval (DMN) e também, norteada pela Estratégia Nacional de Defesa. A DMN prevê o emprego do Poder Naval sempre que necessário, amparado na legislação específica. Já no que pertine à Estratégia Naval, está determina que a MB conte com todos os meios navais, aeronavais e terrestres, este representado pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), em estado permanente de emprego, sendo uma de suas atribuições, a atuação em operações de caráter humanitário (BRASIL, 2017).

A Política Nacional de Defesa, que tem como escopo fixar as diretrizes para o preparo e emprego dos elementos que constituem o Poder Nacional, possui em seu bojo, a previsão estratégica de participação em missões humanitárias, resguardando os interesses nacionais, sendo essa mais uma previsão para o Preparo e Emprego das Forças armadas em missões humanitárias (BRASIL, 2017).

As Operações Humanitárias são definidas pela DMN como sendo a atuação com vistas a resguardar a vida, perdas patrimoniais, prestar assistência cívico-social ou combater grave ameaça a tais bens, em caso de desastres naturais ou decorrentes da ação do homem (BRASIL, 2017).

O emprego da MB através do CFN, em qualquer missão, exige uma estrutura delineada, que agrupe os elementos constitutivos, a qual se dá o nome de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), que com sua atuação, tem por finalidade retirar a sobrecarga do comandante responsável pela missão, visto que o mesmo estará envolto em obrigações resultantes de atividades complexas nos mais diversos âmbitos, tais como: manobras terrestres, cuidado do espaço aéreo sob sua responsabilidade e apoio logístico (BRASIL, 2020b).

Conforme ressaltado na Seção de número 2 do presente trabalho, as Operações Humanitárias no campo das Forças Armadas possuem duas características de destaque que condicionam o emprego e a organização do GptOpFuzNav. A primeira característica está relacionada ao ambiente no qual as Operações Humanitárias são desenvolvidas, visto que se trata de espaço ocupado não apenas por forças militares, como por diversos outros vetores, como órgãos de defesa civil, agências civis, organismos internacionais variados e organizações não governamentais, sendo a segunda característica diferencial a predominância do esforço logístico sobre as demais atividades desempenhadas no ambiente de combate (BRASIL, 2020b), (OLIVEIRA, 2013).

Na esfera das Operações Humanitárias, considerando a imperiosa necessidade de atividades desenvolvidas pelas agências civis, se torna necessária a coordenação efetuada pelo

Componente de Comando (CteC), com vistas a integrar as atividades conjuntas do GptOpFuzNav e das organizações civis. Já a segurança das instalações e o gerenciamento dos comboios ficam a cargo do Componente de Combate Terrestre (CCT), que será o responsável por instalar Postos de Controle de Trânsito, com ações de Controle de Distúrbios (CD), além de proporcionar segurança às ações do CASC, através da elaboração de estratégia de resposta rápida (BRASIL, 2020b).

O esforço principal do GptOpFuzNav, é desempenhado pelo Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC), o qual exercerá sua função com foco não apenas no atendimento às populações assoladas pelo desastre, como estenderá seu apoio logístico às diversas agências civis de socorro humanitário que estiverem no mesmo campo de atuação que as tropas militares. Destarte, considerando o intenso e indispensável aparato logístico manejado pelo CASC, os demais componentes deverão convergir seus esforços para auxiliar e possibilitar a prática das atividades logísticas (BRASIL, 2020b).

O reconhecimento aéreo para a identificação das áreas atingidas, as quais serão socorridas pela ajuda humanitária, assim como o apoio logístico com a finalidade de propiciar o transporte das tropas e de material em proveito das operações, será desempenhado pelo Componente do Combate Aéreo (CCA), que atua através do planejamento, coordenação e controle do emprego das aeronaves no espaço aéreo da Área de Operações (BRASIL, 2020b).

4.1 – Obstáculos de Logística Enfrentados nas Operações Humanitárias

As Operações Humanitárias enfrentam os mais diversos obstáculos, em especial em seu emprego, sendo as contrariedades relacionadas à logística humanitária as de maior relevância e as que mais impactam o trabalho das tropas destacadas para prestar a ajuda humanitária da qual as populações afetadas necessitam. Os desafios envolvendo a complexidade das condições operacionais nas quais as tropas desempenham suas funções para oferecer ajuda aos necessitados vítimas dos desastres, sejam eles naturais ou provocados pelo homem, representam um considerável óbice a ser enfrentado pelas equipes de logística humanitária (COUTO, 2015).

Tais adversidades decorrem do fato de as áreas afetadas, na maioria das vezes, serem de difícil acesso, estar localizadas em terrenos acidentados e com infraestrutura destruída em razão do desastre que o assolou. A dificuldade trazida pelo local de realização das operações demanda das tropas a utilização de equipamentos compactos, que comportem a montagem e a desmontagem rápida, possibilitando a fácil adaptação e preparados para mudanças abruptas e utilização sob improviso. As operações possuem extensão limitada ao tempo e ao espaço da

área de atuação e assistência a ser prestada pela MB, tendo a finalidade de suplementar ou complementar o empenho das agências de defesa civil, organizações governamentais ou não governamentais, em atuação junto à população vitimada (COUTO, 2015).

Não se pode olvidar que em que pese o emprego de todo o aparato prestado pela MB e pelas Forças Armadas em geral, nas Operações Humanitárias, a responsabilidade primária pelas Ações Humanitárias emana das agências civis da própria nação atingida, que inclusive são as primeiras organizações a ocuparem os locais atingidos, pelo fato de já fazerem parte do país afetado. A execução das operações pode-se dar de mais de um modo, seja pelo emprego de uma fração da tropa designada, ou mesmo pela criação de uma Força Tarefa, composta por vetores de várias Forças e até países, com o objetivo comum de abastecer e prover artigos essenciais às populações afetadas (OLIVEIRA, 2013).

Dentro deste contexto, é de suma importância e também se mostra um diferencial para atingir a finalidade da missão, que o comandante do GptOpFuzNav empregue suas habilidades em trabalhar conjuntamente com demais organizações de diferentes origens e com diversificadas metodologias de atuação nas Operações Humanitárias. Torna-se indispensável para o sucesso e fluidez da operação, a interação e um bom relacionamento entre as forças militares, às agências de defesa civil, às agências nacionais e internacionais, às autoridades locais e com os cidadãos da nação atingida (OLIVEIRA, 2013).

A organização das atividades é desempenhada no Centro de Operações Civis-Militares (COCM), local no qual serão coordenadas as atividades, concentração dos meios necessários ao transcurso da operação e reunião dos recursos. A relevância do bom relacionamento entre as representações locais e o Comando do GptOpFuzNav, se mostra também no acesso ao livre trânsito nas esferas civil e política, resultando em um esforço de cooperação que apoia as ações da MB, através do CFN, que contará com o respaldo das autoridades governamentais locais. As forças militares contribuem para as Operações Humanitárias ao agregarem apoio logístico a estas, visto que este tipo de suporte tem caráter indispensável e é imprescindível tanto para as organizações envolvidas, quanto para o próprio sucesso da operação (BRASIL, 2020b).

O Implemento das Operações Humanitárias impõe uma programação singular, que difere da organização habitualmente desempenhada pela MB, sendo imperiosa a atuação conjunta e em conformidade com diversos atores do cenário nacional e internacional, constituído por diversas agências, através do ambiente interagências, com a Organização das Nações Unidas (ONU), Movimento da Cruz Vermelha Internacional e demais Organizações Não Governamentais (OLIVEIRA, 2013).

O esforço conjunto e a cooperação para atuar nas Operações Humanitárias só é possível através do conhecimento profundo da forma de execução dos meios, por parte da Marinha do Brasil e do Corpo de Fuzileiros Navais, o que possibilita não só o preparo como o emprego das estratégias traçadas, atrelados aos procedimentos adotados pelos demais vetores envolvidos, os quais estão imbuídos com os propósitos de salvar vidas, contribuir para a reconstrução das áreas destruídas e reduzir o sofrimento da população afetada.

4.2 – Atuação das Forças Armadas em situação de desastre nacional

A atuação das Forças Armadas em desastres nacionais deve ser precedida do reconhecimento da situação de emergência ou pela declaração do estado de calamidade pública, que se configura a partir da emissão de Portaria pelo Ministério da Integração Nacional, somada à autorização e determinação de emprego das Forças Armadas, emanada do Presidente da República. No emprego e preparo das Forças Armadas nos desastres internos é observado ainda, um esforço conjunto e organizado entre o Ministério da Integração, Ministério da Defesa e Ministério da Saúde, com a finalidade de adotar procedimentos para gerir as ações de resposta da esfera federal em tais situações. Destarte, as Forças Armadas são orientadas pelo próprio plano de Emprego das Forças Armadas para catástrofes (BRASIL, 2017).

Não se pode olvidar, que o conceito de emprego das Forças Armadas em casos de calamidade impõe a existência de um comando singular, que surge da necessidade de atuação em um desastre que requeira a intervenção das Forças Armadas, mediante requerimento dos órgãos de Defesa Civil da localidade atingida.

Via de Regra, a execução por parte das Forças Armadas nas atividades de Defesa Civil é desempenhada em regime de cooperação, cabendo a coordenação da atuação ao órgão de Defesa Civil do local atingido pelo desastre, com exceção de atividades específicas de coordenação atribuídas às Forças Armadas. Entretanto, existe uma exceção a essa dinâmica, que decorre da magnitude do desastre, que pode impor a necessidade do Ministério da Defesa em assumir a coordenação das ações, a pedido do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2017).

No âmbito da MB, o Comando responsável pela execução das demandas atribuídas à ela, em conjunto com o órgão da Defesa Civil é o Comando de Operações Navais (ComOpNav), cabendo ao Comandante de Operações Navais assumir a coordenação das ações que visem a redução de danos relacionados com acidentes marítimos e fluviais, bem como suporte às ações de defesa civil e resposta a desastres com material humano,

suprimentos e meio de transporte, através dos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) quando as catástrofes se derem na Amazônia (BRASIL, 2017).

Após os órgãos governamentais declararem a necessidade de atuação das Forças Armadas na situação de calamidade, mais especificamente da MB, o primeiro procedimento a ser adotado é a avaliação da situação atual, que corresponderá diretamente, qual será o primeiro contato dos militares com a área atingida, que será a área na qual as operações serão desenvolvidas. A partir do primeiro contato com o local, serão obtidas as informações indispensáveis ao emprego da tropa e do material, para que a atuação seja a mais precisa possível (BRASIL, 2018).

Ao desembarcar na área afetada, na qual a operação será desempenhada, a tropa deverá fazer a checagem dos materiais e suprimentos que saíram da origem, para apurar se os mesmos chegaram ao local de destino e se serão suficientes para atender às necessidades encontradas, com o fito de averiguar a necessidade de requerer a liberação de mais recursos para o desenvolvimento e transcurso da missão (BRASIL, 2017).

A atuação da MB nas ações decorrentes de desastres prevê o emprego das tropas para o resgate e socorro de vítimas, restabelecimento da ordem, provisão de recursos e suprimentos, restabelecimento da infraestrutura da localidade atingida pela ação da natureza, e/ou pela ação do homem, bem como atuações de outra natureza cujo emprego das tropas se mostre indispensável à operação de restabelecimento situacional (BRASIL, 2017).

Por Derradeiro, ressalta-se que, independente da situação que envolva resposta a desastres naturais, o Controle Operacional deverá permanecer com os Órgãos de Defesa Civil ou dos Órgãos de Segurança Pública, sendo defeso às Forças Armadas assumir o controle, limitando-se a prestar apoio e trabalhar em sinergia com esses órgãos, em total coordenação entre as Forças e os Órgãos de Defesa Civil (BRASIL, 2017).

5 – O EMPREGO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS AÇÕES HUMANITÁRIAS COMO FORTALECIMENTO DA MISSÃO

No curso da presente pesquisa, foi demonstrada a relevância da interação entre os organismos militares e civis, em atuação nas Operações Humanitárias. O sucesso de uma Operação Humanitária está ligado tanto a atuação conjunta destas Organizações, como também na relação entre estas, especialmente as militares, e a comunicação com seu público alvo.

Na Marinha do Brasil, a Comunicação Social (ComSoc.) tem como uma de suas principais finalidades, orientar o relacionamento com seus públicos de interesse, apresentando sua cultura e seus valores, na tentativa de demonstrar sua importância, aos componentes sociais e políticos de seu ambiente (BRASIL, 2018).

5.1 – Conceito de Comunicação Social e Comunicação Organizacional

A comunicação é um processo de interação social que se dá por meio de símbolos e mensagens produzidas como parte da atividade humana. Diante disso, a comunicação social integra um conceito mais complexo, por ser o ramo acadêmico responsável por estudar as técnicas de transmissão da informação e o impacto que as informações disseminadas têm na sociedade (BRASIL, 2018).

Os profissionais formados em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Marketing, Negócios e Relações Públicas, atuam no campo da Comunicação Social e estudam as relações entre a sociedade e os meios de comunicação de massa, como os jornais e revistas, a televisão, o rádio, o cinema e a Internet (BRASIL, 2018).

Já a Comunicação Organizacional, em síntese, representa o processo pelo qual as organizações se comunicam tanto internamente, quanto com seu público alvo. É o desempenho da comunicação social no ambiente das organizações (BRASIL, 2018).

O papel da comunicação adquiriu relevância dentro das organizações nas últimas três décadas, atingindo um caráter estratégico e integrante das decisões de maior importância dentro das instituições, acarretando a exigência de maior qualificação dos profissionais que operam na área da Comunicação Social, criando um novo perfil profissional. Para atender a demanda surgida, o mercado passou a requerer que tais profissionais também possuíssem conhecimento em outros ramos acadêmicos, como tecnologia da informação, planejamento, administração de organizações públicas, privadas e do terceiro setor (BRASIL, 2018).

Cumprido destacar que, antes e durante a realização das operações, a Comunicação Social atua disseminando informações que contribuam para a conscientização da população local sobre os objetivos e a evolução da operação, com vistas a adquirir a confiança e apoio da opinião pública, levantar o moral das tropas e, trazer ao conhecimento da sociedade, os assuntos inerentes à Defesa, que não são de seu amplo conhecimento, sendo um dos esforços da Comunicação Social, fazer a ponte entre as práticas das Forças Armadas e o público que se pretende atingir (BRASIL, 2018).

5.2 – Funções da Comunicação nas Organizações

Em síntese, a comunicação assume junto às Organizações as funções de: divulgação institucional; relacionamento com a imprensa; comunicação interna; relacionamento institucional; interlocução com o público de interesse; gerenciamento de identidade e imagem; recrutamento de talentos e gerenciamento da comunicação em situação de crise (BRASIL, 2018). O presente capítulo se aterá aos aspectos da interlocução com o público de interesse, empregados no âmbito das Operações Humanitárias, e a contribuição da Comunicação Social para o emprego da MB nestas operações.

5.3 – A Importância da Comunicação com o Público de Interesse

O êxito da comunicação está atrelado à qualidade do relacionamento que a Organização estabelece com seu público de interesse. Desta forma, a Comunicação Social tem o encargo de promover a interação entre os componentes sociais e políticos do seu ambiente de atuação (BRASIL, 2018).

A Organização pode fazer uso de uma série de medidas para gerar maior credibilidade por parte de seu público. A primeira e, talvez, a mais importante medida, consiste em adotar uma política de portas abertas assim como o estabelecimento de canais efetivos de comunicação (VIEIRA, 2004, p.51).

Nesse contexto, as organizações estabelecem relação com indivíduos e públicos que auxiliam na conquista dos objetivos e contribuem para o sucesso das decisões estratégicas, devendo as Organizações conhecer seu público e atribuir-lhe tratamento diferenciado no que tange às mensagens que serão transmitidas a cada um, para que se obtenha resultado positivo com a comunicação (BRASIL, 2018).

5.4 – A Comunicação como Estratégia para o Alcance de Objetivos

Para que as Organizações alcancem os objetivos que traçam, é necessário que seu público alvo assimile a mensagem que a instituição apresenta, sobre suas operações, sua cultura e valores. No caso da Marinha do Brasil, quanto maior o entendimento da sociedade e de setores específicos quanto à importância de sua atuação, bem como a do Corpo de Fuzileiros Navais, maior será o aporte financeiro recebido, contribuindo assim, para o alcance dos seus projetos estratégicos e desempenho das atividades desenvolvidas pela Força (BRASIL, 2018).

O potencial influenciador que a comunicação possui sobre a percepção do público de interesse, fez como que alcançasse um papel estratégico dentro das Organizações, nos últimos trinta anos. A Comunicação Social estabelece canais de interação entre as Organizações e os diversos públicos que pretendem alcançar, fortalecendo a confiança mútua, estruturando a credibilidade, prezando pela a dimensão social da organização, ressaltando sua missão, seus propósitos e princípios, em busca da consolidação da imagem institucional, o que resulta em investimento nos projetos dessas instituições. Desta forma, a Comunicação Social dentro das organizações, representa uma ferramenta estratégica e de alto nível (BRASIL, 2018).

5.5 – O Emprego da Comunicação Social nas Operações Militares

A informação exerce papel decisivo na resolução de conflitos, além de impactar a opinião pública, o que pode determinar o sucesso ou fracasso de uma operação. Dentro desse contexto é possível afirmar que os princípios da Comunicação Social se aplicam a todas as modalidades de operações militares (BRASIL, 2018).

A evolução dos meios de comunicação e o amplo acesso à tecnologia, promoveram mudanças no ambiente da informação, que agora trafega em tempo real pelo mundo, influenciando diversos públicos, o que impõe que os profissionais que atuem na área da Comunicação Social das Organizações trabalhem ativamente, contextualizando as informações disseminadas pelos meios de comunicação de massa e também individuais, através do envio de mensagens adequadas que permitam a real compreensão dos esforços das tropas. Nas operações militares, de um modo geral, a Comunicação Social também age na proteção das informações que possam comprometer a evolução da missão (BRASIL, 2018).

5.6 – O Emprego e Preparo da Comunicação Social nas Ações benignas de Operações Humanitárias

Como já salientado na seção 2 da presente pesquisa, as Operações Humanitárias correspondem à atuação militar com vistas a resguardar a vida, perdas patrimoniais, prestar assistência cívico-social ou combater grave ameaça a tais bens, em caso de desastres naturais ou decorrentes da ação do homem. Essas missões possuem objetivos políticos e militares e, portanto, envolvem além da força militar, diversos Departamentos e Agências do Governo e Organizações Não Governamentais, e atraem o interesse da mídia e do público (BRASIL, 2018).

A Comunicação Social operará ressaltando os esforços das tropas, do Governo local e das Organizações Não Governamentais para dar suporte ao país anfitrião, mostrando ao público de interesse, a interação destas organizações e o esforço conjunto para prestar o socorro necessário aos cidadãos atingidos. O Planejamento da Comunicação Social poderá ainda, centralizar-se em recursos exclusivos das forças e que sirvam para reforçar os esforços primários de outras organizações (BRASIL, 2018).

5.7 - Fases do Emprego Operacional da Comunicação Social

O Emprego da Comunicação Social nas diversas operações militares se dá em três fases: planejamento, execução e avaliação. Entretanto, antes mesmo da fase de planejamento, existe a Tarefa de pesquisa, que analisa o ambiente de informação, visando identificar questões emergentes que possam causar impacto na execução da missão. A pesquisa busca identificar e mapear possíveis vulnerabilidades, deficiências ou oportunidades que possibilitem maior interação sobre o ambiente operacional, público interno e externo e o contexto cultural, o que ampara o processo de tomada de decisões e direciona os esforços do planejamento. A Comunicação Social no ambiente das operações deve cumprir ainda, requisitos para a instalação de pessoal, equipamento, recursos de transporte e comunicação (BRASIL, 2018).

5.7.1 – Fase de planejamento

O processo de planejamento é subdividido em três etapas: análise da missão, elaboração das linhas de ação e elaboração de planos de ordem.

Na fase de análise da missão, o objetivo é desenvolver a consciência situacional do ambiente da operação e o estudo das características sociais e culturais. Os planejadores analisam a missão, o final pretendido e os objetivos, além de revisarem orientações estratégicas em busca da detecção das tarefas, desenvolvendo assim as estimativas iniciais. Já na Fase da elaboração das linhas de ação, trabalha identificando os recursos de Comunicação Social necessários, a força exigida e possíveis deficiências, além de participar ativamente na análise, do jogo de guerra, na comparação e aprovação das linhas de ação (BRASIL, 2018).

A última etapa da fase de planejamento, que é a elaboração de planos de ordem, tem a função de apresentar as considerações para o planejamento, visando aperfeiçoar requisitos, a elaboração do anexo da Comunicação Social do plano de operações, além de sustentar a preparação de outros anexos (BRASIL, 2018).

5.7.2 – Fase de Execução

A fase de execução se divide entre a organização e as atividades de gestão. A organização é uma variável que depende dos requisitos da missão, enquanto as atividades de gestão possuem objetivos que independem de como está organizada a equipe de Comunicação Social, sendo eles: fornecer aconselhamento e apoio ao comandante; analisar o ambiente de informações continuamente, colaborando com outras células; executar e avaliar ações de comunicação; formular recomendações relativas a futuras prioridades de ComSoc, de curto e longo prazo; coordenar atividades de ComSoc com outros Departamentos e Agências de Governo, Nações anfitriãs e Organizações Não Governamentais, conforme apropriado; estabelecer e gerenciar um centro de mídia, quando apropriado; monitorar e avaliar a opinião pública, a cobertura da mídia e o sentimento dos públicos; modificar as orientações e os planos de comunicação com base em avaliações; desenvolver e divulgar os produtos de comunicação; promover *media days* durante os quais a mídia poderá visitar a Área de Operações, quando apropriado; realizar treinamentos de mídia *media training* para membros da Força adequados para o nível de interação de cada indivíduo com a mídia; divulgar informações precisas e oportunas sobre as atividades militares; responder solicitações da mídia e dos públicos; educar os comandantes e estados-maiores sobre o papel da informação e da ComSoc em operações; e desenvolver programas que apoiem o envolvimento da comunidade na Área de Operações (BRASIL, 2018).

5.7.3 – Fase de Avaliação

A fase de avaliação serve como o termômetro da operação, já que se propõe a medir o progresso da força rumo ao cumprimento da missão em todos os níveis das diversas operações militares. A verificação sucessiva permite o ajuste da operação de acordo com as necessidades surgidas, para garantir que os objetivos traçados sejam alcançados, sendo a sua principal função identificar, estimar e avaliar interferências no ambiente operacional, que possam influenciar os meios de comunicação (BRASIL, 2018).

6 – A OPERAÇÃO ACOLHIDA E A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA ILIDIR A PROPAGAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE CAUSEM PREJUÍZO A POPULAÇÃO AFETADA E A MISSÃO

A crise humanitária enfrentada pela Venezuela é resultado dos desdobramentos das crises internas nos âmbitos político, econômico e social, que culminaram em caos e

violência, provocando o aumento do fluxo migratório na América Latina. No Brasil a migração acarretou conflitos provocados pelos refugiados e Imigrantes, os quais foram disseminados pelos meios de comunicação, todavia, apresentando uma cobertura superficial, inverossímil e tendenciosa, que influenciou negativamente a população brasileira, que passou a hostilizar os imigrantes, incorrendo na prática do crime de xenofobia (COSTA e LAGE, 2019).

Em contrapartida à propagação de informações que culminaram na discriminação dos imigrantes e refugiados foi instituída a Operação Acolhida, que tem como objetivo precípuo recepcionar, identificar e abrigar imigrantes em situação de vulnerabilidade, resultantes do fluxo migratório provocado pela crise humanitária da Venezuela, dando exemplo à população brasileira quanto à responsabilidade e compromisso da Nação com o socorro humanitário e, em especial, sobre a importância da atuação das Forças Armadas nessa frente.

A Operação Acolhida é uma Força Tarefa originada para prestar socorro emergencial e humanitário às pessoas em situação de vulnerabilidade acarretada pela crise humanitária na Venezuela, e se desenvolve em ambiente de interações. (SWAMI, 2018).

A Célula de Comunicação Social da Força Tarefa da Operação Acolhida tem como missão principal, a preservação da imagem da Operação, fortalecendo-a através da produção de conteúdo que contribua tanto para a elevação do moral das tropas envolvidas que, além de terem a percepção do reconhecimento por parte dos imigrantes e refugiados, também viram os resultados das ações alcançadas, quanto na atuação junto à sociedade, divulgando a importância da Operação Acolhida e da ajuda humanitária (SWAMI, 2018), obtendo assim, resultados positivos e atraindo positivamente o interesse da população, ilidindo as informações equivocadas e tendenciosas espalhadas pelos meios de comunicação e que fomentaram a hostilidade contra os imigrantes, obtendo êxito em todas essas frentes.

Assim, a atuação exitosa da Comunicação Social na Força Tarefa da Operação Acolhida, é um exemplo de sua contribuição na preparação e emprego das Forças Armadas em Ações Humanitárias e de como pode fortalecer a ação da Marinha do Brasil em tais operações.

7 – CONCLUSÃO

Conforme mostrado ao longo da pesquisa, a Marinha do Brasil tem atuado em diversas Ações Humanitárias, prestando sua contribuição e socorro à nações em risco, seja ele decorrente de conflitos humanos ou de desastres naturais.

As missões humanitárias, em síntese, se propõem à preservação dos Direitos Humanos, em especial o direito à vida, a defesa do patrimônio, e por vezes, à reconstrução de áreas atingidas. A participação em missões de socorro humanitário, habitualmente, é desenvolvida em conjunto com outros atores do cenário internacional, sendo os principais, a ONU, a Cruz Vermelha Internacional, e as Organizações Não Governamentais.

A participação nessas operações exige que a Marinha do Brasil apresente preparo e emprego específicos, conforme apontado na Seção 4 do presente estudo. Dentre as principais táticas utilizadas no preparo e emprego da utilização da MB nas Ações Humanitárias está a Comunicação Social, que representa a estratégia que atua no fortalecimento das missões, gerando importantes informações antes e durante a realização das operações.

A ComSoc no ambiente das Organizações possui importantes atribuições que contribuem para a conclusão de objetivos e projetos da MB, já que a comunicação adequada com o público de interesse, é capaz de trazer investimentos e patrocínios. Todavia, o trabalho em questão, está delimitado pela contribuição da ComSoc no preparo e emprego da MB nas Operações Humanitárias, conforme destacado na Seção 5.

Para empregar a ComSoc nas Operações Humanitárias, os planejadores concentram-se no desenvolvimento da consciência situacional do ambiente operacional, incluindo a infraestrutura de mídia, capacidades e recursos, bem como nas características sociais e culturais da população que receberá o socorro (BRASIL, 2018), o que auxilia na atuação das tropas nos ambientes das operações.

A pesquisa demonstrou a importância da ComSoc para o preparo e emprego da MB nas Operações Humanitárias, visto que, a comunicação realizada de forma adequada é capaz de evitar, controlar ou por fim aos conflitos, sejam eles armados ou não, bem como é capaz de levantar o moral das tropas, o que é relevante para manter o desempenho em níveis altos, até que o objetivo seja alcançado.

Ademais, conforme contido na Seção 6, o estudo da Operação Acolhida agregou à presente pesquisa o entendimento sobre a importância das informações veiculadas de forma precisa e clara, de modo a evitar a propagação de informações descontextualizadas e prejudiciais às missões, e o quanto informações manejadas de forma inadequada podem ser

nocivas à sociedade de um modo geral, provocando injustiça e crimes que atentem contra o ideal humanitário, e até mesmo prejudiquem as operações.

No século da tecnologia, onde uma expressiva parte da população mundial tem acesso à câmera digital, Smartphones, notebook, tablet, e outros recursos capazes de fazer com que milhões de informações circulem por segundo, deixando evidente que a informação não está restrita apenas aos veículos de comunicação de massa, a ComSoc demonstra-se uma ferramenta estratégica e de alto nível, que acaba por se tornar indispensável, ao passo que a comunicação é a forma mais eficiente de fazer com que o público de interesse tenha conhecimento da atuação das forças nas operações, além de combater de forma pontual informações disseminadas de maneira equivocada e que são passíveis de gerar conflitos ou uma visão inadequada das Organizações e das Operações.

Assim, a ascensão da comunicação nos últimos trinta anos contribuiu para que a Comunicação Social ganhasse espaço na estrutura organizacional, dada a sua efetividade tanto para a manutenção da boa imagem da Instituição, quanto na resolução de conflitos, tornando-se importante que outros estudos sejam desenvolvidos explorando o tema, com vistas a abordá-lo sob outros aspectos, os quais não puderam ser estudados no presente trabalho, devido a limitação necessária, que fez com que a pesquisa em tela abordasse a contribuição da Comunicação Social apenas no que se refere ao preparo e emprego da MB nas Operações Humanitárias.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Militar Naval. EMA-305**. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Manual de Comunicação Social da Marinha. EMA-860**. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual Básico do Combatente Anfíbio. CGCFN-31.10**. Rio de Janeiro, 2020a.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual de Operações Humanitárias do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. CGCFN-1-13**. Rio de Janeiro, 2020b.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1**. Rio de Janeiro, 2020c.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 ago. 2020d.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas Gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 1999.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Outras Operações**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/outras-operacoes>>. Acesso em 20 jul. 2020e.
- BARTOLINE, Paula Spieler. **A indeterminação do Conceito de Intervenção Humanitária. Reflexo no caso Timor Leste**. 2007. 174f. Dissertação de Mestrado (Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- COSTA, Edwaldo, LAGE, Nilson. **A Xenofobia Contra Migrantes e Refugiados Venezuelanos Estimulada pela Imprensa Brasileira**. Intercom. 42º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Belém, 2 a 7 set. 2020.
- COUTO, Nélio. **Do Pereira. Dissolução do Conflito entre as Comunidades Simon-Pelé na Cidade de Porto Príncipe, Capital do Haiti: Coordenação Civil-Militar como prevenção, gerenciamento e solução de conflitos nas Operações de Paz**. Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, a. XIV, n. 46, p. 38-42, ago. 2015.

DEFESANET. Doutrina Militar – **A Contribuição da Marinha do Brasil nas Operações Humanitárias**. Disponível em: <<https://www.defesaareanaval.com.br/naval/a-contribuicao-da-marinha-do-brasil-nas-operacoes-humanitarias>>. Acesso em 28 ago. 2020.

LOPES, R. C. **O emprego da Marinha do Brasil em Operações de Resposta a Desastres**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio – PUC, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Jonas de Santos. **As Operações Militares no Ambiente Interagências**. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/11634/As-Operacoes-Militares-no-Ambiente-Interagencias/htm>>. Acesso em 30 jun. 2020.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. **A Intervenção Humanitária no direito internacional contemporâneo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. p. 44-46.

PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Anexo (Comunicação Social) ao Planejamento Logístico da Operação Acolhida**. Pelo Comandante da FT Log Hum RR. Boa Vista: 05 mar. 2018.

SILVA FILHO, Oscar Moreira. **O terremoto no Haiti – A participação do NDCC Almirante Saboia**. O Anfíbio: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2011. p. 44-49.

SWAMY, De Holanda Fontes. **A Comunicação Social na Operação Acolhida**. Eblog, mai. 2018. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-comunicacao-social-na-operacao-acolhida.html>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VIEIRA, Roberto Fonseca. **Comunicação Organizacional: gestão de relações públicas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

OCHA. **Coordenação do OCHA – Organismos Chaves da ONU**. Disponível em: <<https://www.unocha.org/fr/ourwork/coordination>>. Acesso em 23 ago. 2020.